



## **Não à impunidade na Amazônia**

É muito grave o que o Relatório da Human Rights Watch (HRW) traz à tona em momento bastante oportuno em que o mundo todo assiste às falhas do Governo Brasileiro em proteger a maior floresta tropical do mundo e a sua população. Vive na região amazônica 60% da população que integra 305 povos indígenas segundo dados do IBGE do censo de 2010. Existem além destes povos indígenas mais de vinte indícios de índios isolados na região que também abriga ribeirinhos, extrativistas e outras populações tradicionais.

O Relatório ressalta os crimes reiteradamente praticados na região e aponta a impunidade como um fator preponderante para a contínua prática de homicídios de ativistas ambientais, agricultores, defensores da floresta, indígenas e de devastação da floresta.

Esta situação de impunidade não é recente, ela é crônica no Poder Judiciário e é necessário que respostas sejam dadas à sociedade brasileira e ao mundo. A obrigação de defender a Amazônia, considerada patrimônio nacional pela nossa Constituição Federal não é apenas do Poder Executivo e do Poder legislativo. Ela é também do Poder Judiciário, em todas as suas instâncias. É estarrecedor que de trezentos crimes praticados, 14 cheguem à fase de responsabilização penal. Não basta que as polícias tenham capacidade técnica para realizar perícias, o que falta em muitos lugares. Não basta investigar e indiciar quem supostamente cometeu os crimes. Não basta que os Ministérios Públicos façam as denúncias. É urgente que haja a condenação dos responsáveis pelos crimes praticados, que eles sejam efetivamente punidos e que cumpram a pena que lhes forem impostas. É necessário além da responsabilização criminal, que haja responsabilização civil pelos saques às floresta amazônica, às famílias das pessoas assassinadas, ao meio ambiente e à União.

O Relatório da HRW, ao tratar da Máfia dos Ipés, aponta para outro fator grave, a prática dos crimes cometidos por organizações criminosas. Em Roraima a Terra indígena Yanomami está invadida por vinte mil garimpeiros, que são financiados por organizações criminosas. Não são simples homens em busca do pão de cada dia. São pessoas que trabalham para o enriquecimento destas organizações criminosas e estas precisam prestar contas à sociedade. A impunidade torna invisíveis os responsáveis pela destruição da Amazônia e pela morte dos seus povos. É preciso mudar urgentemente esta realidade.

É necessário que o Governo tenha um banco de dados sobre a violência praticada na Amazônia e tenha capacidade de análise e sistematização para subsidiar estratégias de enfrentamento destes crimes à altura que o problema requer. O Relatório recomenda e esta Casa deveria acatar a criação de uma CPI para investigar como operam as organizações criminosas e as ações de combate aos crimes praticados contra a floresta e os seus defensores. O Poder Judiciário poderia criar uma Frente de Trabalho para dar respostas à impunidade que reina na Amazônia. O Estado Brasileiro precisa atuar em defesa e não contra a Amazônia.

Brasília, 18 de Setembro de 2019.

**Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígena**